

A educação para o empreendedorismo como facilitador da inclusão social: um caso no ensino superior

Maria Teresa Gomes da Costa
& Luisa Cagica Carvalho

Resumo

Este trabalho pretende apresentar a educação para o empreendedorismo como um instrumento fundamental para a inclusão social, através da formação e do desenvolvimento de competências para a criação do próprio emprego. Apresenta uma revisão de literatura e um enquadramento teórico sobre os temas do emprego, pobreza e exclusão social e educação para o empreendedorismo como chave para a inclusão social. Após esta análise, o trabalho desenvolve uma abordagem a um ecossistema empreendedor no ensino superior, através da apresentação de um caso no Instituto Politécnico de Setúbal. Finalmente, são apresentadas as conclusões e algumas recomendações relativas à promoção de um ambiente promotor de empreendedorismo no ensino superior que possa responder aos novos desafios e mudanças inerentes à actual conjuntura económica e social numa perspectiva de educação inclusiva.

Palavras-chave

Ensino superior; educação; empreendedorismo; inclusão social; ecossistema empreendedor.

1. Enquadramento contextual do problema

Na era da informação, das novas tecnologias e da globalização têm vindo a ocorrer um conjunto de mudanças com impactos no mercado de trabalho, e cujas consequências resultam num aumento do desemprego e na diminuição dos salários em alguns países. No caso da União Europeia (UE) um dos principais problemas está relacionado com o aumento do desemprego. Neste sentido, a “Estratégia de Lisboa” visa a aposta numa economia do conhecimento competitiva, capaz de um crescimento económico sustentável que promova o emprego e a coesão social. Apesar das políticas adoptadas, na sequência da “Estratégia de Lisboa”, o desemprego na UE continuou a crescer ou a manter-se em níveis elevados em vários Estados-Membros.

Nos últimos anos o Conselho Europeu não tem escondido a preocupação relativa aos resultados da execução da “Estratégia de Lisboa” no que respeita à criação de emprego. Assim a redefinição da “Estratégia de Lisboa” para 2020 prevê uma focalização nas seguintes prioridades: (1) criação de valor baseado no crescimento do conhecimento suportado na inovação; (2) desenvolvimento das pessoas e sua inclusão na sociedade através da aquisição de novas competências, desenvolvendo o empreendedorismo e promovendo a flexibilidade do mercado de trabalho; (3) criação de uma economia competitiva, em rede e ambientalmente responsável, aumentando a produtividade e gastando menos recursos.

Parece-nos que esta redefinição da “Estratégia de Lisboa” é crucial no momento actual de crise económica onde muitos postos de trabalho se extinguem e não foram substituídos por outros. Números recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam, em virtude da crise, uma quebra no número de trabalhadores por conta de outrem, assim como, nos trabalhadores por conta própria. Os últimos dados do INE demonstram que no final do terceiro trimestre de 2010 havia menos 40 mil pessoas a trabalhar por conta própria comparativamente com o mês homólogo de 2009, representando uma baixa de 40 mil casos. No que concerne ao nível de escolaridade do total de 1079 milhares de trabalhadores por conta própria (trabalhadores isolados e empregadores), cerca de 54% tem apenas o 1.º ciclo do ensino básico (449,8 mil) ou nenhum grau de instrução (128,9 mil). Esta quebra verifica-se em todos os níveis de escolaridade à excepção dos trabalhadores por conta própria que possuem curso superior, onde se denota um saldo positivo de 600 novos trabalhadores por conta própria, comparativamente ao ano anterior.

Neste contexto, a educação para o empreendedorismo torna-se premente como instrumento potenciador da criação de emprego, e, por sua vez da inclusão social.

1.1 Pobreza e exclusão social

A definição do problema em estudo exige uma abordagem conceptual sobre pobreza e exclusão social. De acordo com a EUROSTAT (2010) a pobreza pode ser definida de diferentes formas, sendo um fenómeno multidimensional, poderá ser categorizada como pobreza relativa ou pobreza absoluta ou extrema. De acordo com as Nações Unidas (1995) a pobreza absoluta ou extrema é caracterizada pela privação severa das necessidades básicas humanas, onde se incluem, alimentação, acesso a água potável, saneamento básico, saúde e segurança, educação e informação, ou seja, o acesso a um conjunto de bens e serviços. De acordo com a mesma fonte, enquanto a pobreza extrema afecta apenas grupos específicos na UE, a pobreza relativa afecta um maior número de cidadãos europeus. Este tipo de pobreza pode variar entre género, etnia, idade, tipo de família, etc.

O relatório do INE (2010) refere que a conceptualização de pobreza como violação de direitos humanos permite aperfeiçoar o conceito estatístico de pobreza monetária, complementando-o com a noção de privação em relação a necessidades humanas fundamentais, tais como, a alimentação, a habitação, a educação, a saúde, a segurança, a participação na vida económica e cívica e alargando o domínio de observação a toda a população residente, vivendo ou não em agregados familiares.

O conceito de exclusão social de acordo com o EUROSTAT (2010) está relacionado com a impossibilidade de participação em diversos domínios da cidadania. Este conceito é complexo, multidimensional, multifacetado e dinâmico e pode ser definido como o processo através do qual certos indivíduos são marginalizados da sociedade e excluídos da participação social plena, em virtude da pobreza, falta de competências básicas, falta de oportunidades ao longo da vida em resultado da discriminação social. Em virtude deste processo, estes indivíduos estão afastados do mercado de trabalho, de fontes de riqueza, de oportunidades de educação e da comunidade. A exclusão social pode ser entendida "como a fase extrema do processo de marginalização, entendido este como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade" (Costa, 2001, p.10).

1.2 Educação para o empreendedorismo e inclusão social

No âmbito da UE a promoção do desenvolvimento das pessoas e sua inclusão na sociedade através da aquisição de novas competências, desenvolvendo o empreendedorismo e promovendo a flexibilidade do mercado de trabalho são considerados factores estratégicos para o desenvolvimento sustentável.

As opções estratégicas da UE para a promoção de um novo modelo de competitividade da economia europeia assente na criação de novas oportunidades (ligadas ao ambiente, novas tecnologias, etc.) que podem gerar novos postos de trabalho e reduzir o desemprego. A transição para o novo modelo obriga a uma preocupação com as pessoas de modo a evitar situações de inadaptação que por sua vez podem originar exclusão social. As próprias alterações no mercado de trabalho levam a que o percurso linear seja menos comum (educação, período de vida activa e reforma) passando a haver diversas entradas e saídas do mercado de trabalho. Este novo modelo exige novas competências e aprendizagem ao longo da vida, no sentido de garantir a flexi-segurança, e, em simultâneo, a inclusão social. As instituições de ensino superior deverão estar preparadas para este desafio oferecendo formação, através de programas curriculares e ou extra-curriculares e de cursos breves destinados a estes novos públicos, salvaguardando o seu papel para o apoio à criação do próprio emprego.

É ponto assente que o emprego é a melhor salvaguarda contra a pobreza e exclusão social, face à crise, a criação de emprego não origina postos de trabalho para todos, justificando-se uma intervenção directa ao nível das políticas de promoção da criação do próprio emprego. Neste âmbito, as instituições de ensino podem desempenhar um papel relevante na educação para o empreendedorismo promovendo o desenvolvimento de competências e de metodologias que permitam que os estudantes se tornem mais empreendedores, ao mesmo tempo que se inculca uma cultura mais empreendedora a nível organizacional.

A educação para o empreendedorismo segundo Hansemark (1998) pode ser definida como a educação com o objectivo de criar um novo produto ou serviço, com valor económico, particularmente dirigido a pequenas empresas, ao auto-emprego e ao desenvolvimento de novas competências. De acordo com Aiub (2002) a educação para o empreendedorismo promove a criação de ambientes que estimulam comportamentos sociais voltados para o desenvolvimento da capacidade de geração de auto-emprego.

Jamieson (1984) sugere três categorias para o ensino e formação em empreendedorismo: i) Educação sobre a empresa, onde o principal objectivo é aumentar a consciência sobre a criação da nova empresa; ii) Educação para a empresa, onde a aprendizagem é centrada nas atitudes e associadas à criação e gestão

de novas empresas, principalmente aqueles relacionados com as questões de gestão e de criação de um novo negócio; e iii) Educação na empresa, sendo o alvo estabelecido por empresários. O objectivo principal é melhorar a gestão das competências individuais para promover a sustentabilidade dos negócios.

A Comissão Europeia (2003) defende que não basta apenas promover a aquisição de conhecimentos técnicos e formação profissional, é também necessário estimular o espírito empresarial e a ambição de se tornar um empreendedor. Experiências desenvolvidas na Europa apresentadas por Hytti e Gorman (2004) permitiram identificar algumas dimensões básicas no ensino do empreendedorismo: (i) educação para atitudes e competências empreendedoras; (ii) a formação de como criar um negócio; e (iii) a sensibilização para o empreendedorismo como uma opção de carreira. Os módulos de formação para desenvolvimento dessas categorias centram-se essencialmente no desenvolvimento das competências de gestão, incluindo o financiamento, contabilidade, tecnologias de informação e comunicação, marketing, recursos humanos ou de outras áreas funcionais. Além disso, o desenvolvimento de competências associadas às atitudes favoráveis ao empreendedorismo incluem, entre outras, a assunção de riscos, a liderança, a auto-confiança, a criatividade e a resolução de problemas.

A análise de alguns cursos de instituições de ensino superior, permitiu verificar que na grande maioria dos casos a formação está concentrada no desenvolvimento de competências funcionais e no plano de negócios (Ribeiro et al, 2005). Outro tipo de cursos, programas e cursos de formação em toda a Europa (Henry et al, 2003; Ribeiro et al, 2005), oferecem um tipo mais difundido de módulo de formação combinando competências pessoais e funcionais, mas em todos eles o objectivo é desenvolver um plano de negócios.

Segundo McMullan e Gillin (2001) a educação para o empreendedorismo pode ser uma *proxy* para um indicador de sucesso da economia baseada em: i) O número de pós-graduados para começar um negócio; ii) Indicadores sobre o tamanho do negócio em termos de emprego, vendas e talvez até mesmo o tipo de indústrias e iii) Indicadores de crescimento. Outro indicador relevante poderia ser o sucesso individual, que pode ser medido em termos de salário, mais-valias e benefícios não tangíveis, tais como, a satisfação de mudar de emprego depois do programa de formação (McMullan & Gillin, 2001).

Nos últimos anos em diversos países surgiram modelos e experiências que relatam a aplicação de programas promotores do empreendedorismo. Partindo-se do pressuposto de que o empreendedorismo e as competências a ele inerentes não são algo exclusivamente intrínseco ao ser humano, mas que podem ser aprendidas e influenciadas pelo ambiente e estímulos externos, que vão desde os círculos mais restritos da família e amigos até às instituições onde os

indivíduos se inserem, e mesmo ao contexto nacional e regional do campo de actuação de cada um, este estudo apresenta ainda um modelo conceptual, denominado, ecossistema empreendedor, o qual explicita a criação de um contexto favorável ao empreendedorismo no ensino superior.

2. Um caso no ensino superior

Em Portugal, à semelhança dos restantes países da União Europeia, a taxa de desemprego registou aumentos ao longo do ano de 2010. De acordo com os últimos dados estatísticos do Banco de Portugal (2010) esta taxa atingiu em Outubro de 2010 o valor de 11%. O desemprego atinge de forma diferenciada alguns grupos, nomeadamente os jovens à procura do primeiro emprego e as mulheres. Considerando a taxa de escolaridade entre o 2º trimestre de 2010 e o 3º trimestre de 2010, o número de desempregados com o ensino básico diminuiu de 427,2 mil para 418,6 mil (-2%), enquanto o número de desempregados com o ensino secundário aumentou de 106,2 mil para 122,3 mil (+15,2%) e os com ensino superior subiu de 56,4 mil para 68,9 mil (+21,7%).

No que concerne ao distrito de Setúbal, os dados divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de Setúbal (2010) relativamente a Abril de 2010, apontam para um total de 51.478 desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito de Setúbal, na sua grande maioria à procura de um novo emprego. No concelho de Setúbal, dos 7.331 desempregados, 5231 estão nesta situação há menos de um ano e 766 procuram um novo local de trabalho sendo, da totalidade, somente 265 que estão em busca do seu primeiro emprego. O cenário é semelhante nos restantes concelhos do distrito. No que respeita à idade dos desempregados, verifica-se que o grupo etário entre os 35 e os 54 anos é o mais atingido, seguindo-se a faixa etária entre os 25 e os 34 anos.

Face a este cenário, onde a taxa de desemprego atinge particularmente os jovens à procura do primeiro emprego e aos números registados no distrito de Setúbal onde se localiza o Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), torna-se premente encontrar soluções e apostar na formação dos jovens de modo a que estes obtenham conhecimentos e competências necessárias à criação do seu próprio emprego. Considerando-se a atractividade do IPS na oferta formativa no distrito e o risco associado ao desemprego dos jovens, impõe-se a oferta de programas e infraestruturas que permitam auxiliar este público a ultrapassar eventuais situações de dificuldade na inserção no mercado de trabalho, e, por conseguinte, o risco de exclusão social.

Face ao exposto, o IPS apostou na disponibilização de um conjunto de recursos cujo objectivo é a promoção da criação de um ambiente favorável ao

desenvolvimento de competências empreendedoras junto dos estudantes através da oferta concertada de formação e recursos num modelo que se poderá nomear como um ecossistema empreendedor. De acordo com Carvalho, Costa e Dominginhos (2010), a criação deste ecossistema favorece a aquisição de competências empreendedoras no ensino superior, ou seja, a educação para o empreendedorismo deverá ter um carácter transversal que vai para além da inclusão de unidades curriculares nos cursos, abrangendo diversos programas e iniciativas curriculares e extracurriculares que envolvem alunos, docentes e meio envolvente. Neste sentido, o IPS oferece um conjunto de valências, que vão desde as infraestruturas físicas (Oficina de Transferência de Inovação e de Conhecimento – OTIC), a programas de ensino (Unidades Curriculares de Empreendedorismo em licenciaturas, pós-graduações, cursos de especialização pós licenciatura e aulas abertas) a programas extracurriculares (Poliempreende; Junior Achievement, conferências, seminários e workshops) até parcerias e programas internacionais (Business Week Entrepreneurship).

Segue-se a apresentação dos recursos físicos de apoio ao empreendedorismo, e os programas curriculares e extracurriculares de promoção do empreendedorismo.

2.1 Recursos físicos de apoio ao empreendedorismo

O IPS desenvolveu algumas infra-estruturas físicas de apoio ao empreendedorismo. A OTIC-IPS - Oficina de Transferência de Tecnologia e Conhecimento do IPS é um serviço de interface que tem como principais objectivos a criação de relações de cooperação entre o tecido empresarial e o IPS, assim como estimular a promoção do empreendedorismo e da criação de empresas.

Esta infra-estrutura desenvolve e promove a transferência de ideias e conceitos inovadores para o tecido empresarial, procurando auscultar as necessidades empresariais e propor soluções com base nas competências existentes no IPS.

As principais linhas de acção da OTIC-IPS consistem em (1) divulgar a oferta tecnológica e científica do IPS e das suas unidades orgânicas; (2) prestar apoio técnico-científico às pequenas e médias empresas sedeadas na região de Setúbal; (3) desenvolver projectos I&D e de actividades de transferência de tecnologia em parceria com as empresas; (4) organizar ciclos de eventos dedicados ao empreendedorismo, à transferência de tecnologia e à cooperação internacional (seminários, congressos, reuniões); (5) apoiar a promoção do empreendedorismo, cujo principal instrumento é o Poliempreende.

As várias (mais de duas dezenas) de OTIC's ligadas a Universidades e Institutos Politécnicos em Portugal constituem entre si uma rede de informação apoiando-se mutuamente na busca das melhores respostas aos problemas que vão surgindo no desenvolvimento das suas actividades. Esta rede tem, simultaneamente acesso a redes internacionais onde a troca e partilha de informação constituem uma mais-valia de interesse mútuo. A OTIC oferece apoios:

- infra-estruturas;
- serviços de secretariado;
- serviços de consultoria;
- apoio para a procura de parceiro para o desenvolvimento dos projectos.

Em 2008 foi criado o Activlab – Laboratório Activador de Empresas. Este espaço foi criado com o objectivo de dar apoio, quer a estudantes quer a docentes do IPS que desejem testar uma ideia de negócio ou criar a sua empresa.

O ActivLab disponibiliza aos seus utilizadores e empreendedores espaço físico, infra-estruturas e serviços, proporcionando-lhes a inserção num ambiente empresarial, estimulador da interacção e aprendizagem, consideradas como indispensáveis para o êxito de um projecto. Adicionalmente, é facilitado o acesso a profissionais especializados nas variadas valências técnicas e de gestão dos quadros de pessoal do IPS, promovendo a transferência de conhecimento, tecnologia e inovação.

O ActivLab trabalha em estreita cooperação com a OTIC, e os empreendedores podem também beneficiar da rede de contactos formais e informais desta infra-estrutura.

2.2 Programas de educação para o empreendedorismo

O IPS foi criado em 1979 e tem como missão a valorização e desenvolvimento da sociedade em geral e da região de Setúbal, em particular, através de actividades de formação terciária, de investigação e de prestação de serviços, que concorram para a criação, desenvolvimento, difusão e transferência de conhecimento e para a promoção da ciência e da cultura. Actualmente é constituído por 5 Escolas Superiores (Tecnologia de Setúbal, Educação, Ciências Empresariais, Tecnologia do Barreiro e Saúde), pelos Serviços de Acção Social e pelos Serviços Centrais.

O IPS, no ano lectivo de 2007-2008 tinha 6371 estudantes, 505 docentes e oferecia, 32 licenciaturas e 19 mestrados. O empreendedorismo constituiu-se como um dos vectores estratégicos do IPS. A Escola Superior de Ciências

Empresarias, pela sua área de actuação foi a primeira a oferecer a unidade curricular de empreendedorismo inserida com carácter obrigatório ou opcional (consoante os cursos nas 5 licenciaturas e no módulo internacional dedicado a estudantes Erasmus desde 2008). Actualmente esta unidade curricular é também oferecida em algumas licenciaturas em outras escolas, nomeadamente na Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (2006), na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal (2010) e na Escola Superior de Educação de Setúbal (2008) e nos cursos de especialização pós licenciatura em enfermagem da Escola Superior de Saúde (2010) e ainda na pós-graduação em Empreendedorismo e Inovação oferecida pela Escola Superior de Ciências Empresariais em parceria com a Universidade de Évora (desde 2009).

O ensino do empreendedorismo, particularmente nos cursos de licenciatura é suportado numa abordagem “aprender-fazendo”, em particular nas aulas práticas. Nas aulas teóricas adopta uma abordagem mais expositiva combinada com aulas abertas e participação em seminários. Destacam-se ainda a organização de eventos, nomeadamente:

1. as conversas de final de tarde com empreendedores, cujo objectivo consiste na promoção da partilha de experiências entre empreendedores e estudantes que possam ser fonte de aprendizagem e facilitem o contacto com o mundo real;
2. a actividade denominada por “Empreendedor por um dia”, cujo desafio é a criação de um mini-negócio e onde os lucros da actividade revertem a favor de Instituições Particulares de Solidariedade Social do distrito de Setúbal.

A metodologia “aprender-fazendo” permite aos estudantes a aquisição de competências empreendedoras através do desenvolvimento de dinâmicas de grupo (quadro 1).

Adicionalmente à oferta curricular em empreendedorismo, existe um conjunto de ofertas extracurriculares onde os estudantes podem participar de forma voluntária. Dois dos programas de empreendedorismo de participação voluntária com maior adesão no IPS são: a) *European Graduate Program da Junior Achievement (JA Portugal – Associação Aprender a Empreender)*, e; b) *Poliempreende, Concurso Nacional de Planos de Negócio dos Institutos Politécnicos*.

A Associação Aprender a Empreender – *Junior Achievement Portugal (JA Portugal)* é uma organização sem fins lucrativos, fundada em Setembro de 2005. Esta associação desenvolve e promove o empreendedorismo, a assunção do risco, a criatividade e a inovação.

A “Aprender a Empreender” é financiada pelos seus associados que acreditam que a educação é uma importante fonte de riqueza e que investem e promovem a formação, o espírito empresarial e empreendedor nos jovens,

concedendo-lhes a oportunidade única de se desenvolverem. O principal objectivo desta associação é pois, consciencializar os jovens para a importância de "Aprender a Empreender". Pretende esta associação, fomentar uma atitude enriquecedora e potenciar a capacidade de se reinventar, através do erro e da aprendizagem, estimulando auto-confiança para enfrentar novas situações cada vez mais importantes e difíceis, em várias dimensões/áreas como a cidadania, consciência activa, ética, literacia financeira e desenvolvimento da vida profissional.

Quadro 1. Competências e actividades desenvolvidas

Competências	Actividades
Criatividade	<p>Técnicas de apresentação que expõe os estudantes a situações diferenciadas, fazendo-os sair da sua zona de conforto</p> <p>Brainstorming aplicado à criação de ideias</p> <p>Actividades para encontrar respostas a situações inesperadas</p> <p>Jogos estratégicos que implicam o pensamento criativo</p> <p>Aplicação de conhecimento teórico a desenhos, diagramas, símbolos para além da sua memória descritiva</p>
Trabalho em equipa, liderança e autonomia	<p>Dinâmicas de grupo, actividades e estudos que obrigam a que todo o trabalho seja feito em conjunto</p>
Comunicação e auto-confiança	<p>Actividades em sala de aula, apresentações, <i>elevator-pitch</i> junto de empresários e outros membros externos</p>
Conhecimento científico	<p>Participação em projectos de investigação em conjunto com os docentes</p> <p>Desenvolvimento de competências nas áreas da economia, gestão, empreendedorismo, gestão financeira, marketing, com aplicação de uma metodologia aprender-fazendo</p>

Fonte: Carvalho, Costa e Dominginhos (2010, p.9), adaptado.

Esta associação é a congénere portuguesa da *Junior Achievement (JA)*, criada em 1919, nos E.U.A, a maior e mais antiga organização mundial educativa, sem

fins lucrativos. Presente em 124 países, a *Junior Achievement* contribui para o desenvolvimento da educação empreendedora nos jovens de todo o mundo.

O *Graduate Program*, é apoiado e orientado por professores do IPS e por tutores voluntários do Banco Millennium BCP e visa fornecer uma formação empreendedora a estudantes do ensino superior. Através da criação, gestão e operacionalização de uma empresa fictícia, os estudantes têm a oportunidade de aprender sobre a estrutura do sistema empresarial. Todos os estudantes do *Graduate Program* têm a oportunidade de desenvolver aptidões relacionadas com a comunicação, tomada de decisão, organização, negociação e gestão de tempo.

As equipas, constituídas por alunos do ensino universitário e politécnico (ISCTE, UNL, ISEG, UP, IPS-ESCE), são avaliadas por um sumário executivo e por uma apresentação em palco de 4 minutos. Os critérios de avaliação mais relevantes são a aplicabilidade, a inovação, o potencial de mercado e a sustentabilidade da Mini-Empresa.

O segundo projecto extra curricular, é o programa Poliempreende, com forte orientação para a comunidade académica dos Institutos Politécnicos, favorece a participação de estudantes, docentes e diplomados que concorrem com ideias e planos de negócio transversais a um conjunto de áreas de saber, valorizando o desenvolvimento pessoal dos participantes através de experiências, práticas e resultados, nomeadamente através do estímulo à constituição de equipas multidisciplinares. A dinâmica do PoliEmpreende é aberta e interage com as regiões onde se inserem os Politécnicos, facilitando a transferência de tecnologia.

Pretende este projecto promover o empreendedorismo e a cooperação e partilhar objectivos, estratégias, recursos e resultados entre instituições. Assim, especificamente, o Poliempreende incentiva:

- mudança de atitudes dos actores académicos: sensibilizando alunos, docentes e diplomados; aprofundando competências pessoais e empresariais;
- estímulo à criação de empresas de base tecnológica: explorando, economicamente, conhecimentos, competências e resultados de investigação; fixando quadros qualificados nas regiões;
- desenvolvimento e aproveitamento dos recursos endógenos de cada região onde os politécnicos actuam: explorando oportunidades que os territórios possuem; desenvolvendo a economia local.

O Poliempreende inclui dois ciclos formativos, Oficina E e Oficina E2. Estes ciclos desenrolam-se ao longo do ano lectivo e encerram, respectivamente, com o concurso de ideias de negócios e com o concurso de planos de negócios.

A Oficina E (Empreendedorismo) com uma orientação prática (*hands-on*) fomenta o desenvolvimento pessoal (mudança de atitude, iniciativa, tomada de

decisões, lidar com a incerteza e o risco, criatividade e inovação, persuasão e negociação, comunicação oral e escrita) e oferece uma primeira abordagem em torno do empreendedorismo, alertando os participantes para a relevância da envolvente, detecção de oportunidades e inovação competitiva.

A Oficina E² promove igualmente o desenvolvimento de competências que permitem o desenvolvimento pessoal, como liderança, comunicação, valorização do trabalho de equipa, ética, deontologia e cultura organizacional mas, nesta fase, orientadas para a estruturação, desenvolvimento e consolidação do projecto de negócio, com o objectivo dos participantes elaborarem um plano de negócios.

A avaliação dos planos de negócio, cuja parte financeira segue o modelo do IAPMEI, decorre em duas fases. Na primeira fase, fase regional, um júri, em cada Instituto Politécnico, avalia os respectivos projectos e atribui os prémios regionais. Na segunda fase, o júri nacional avalia o melhor projecto de cada IP e atribui os prémios nacionais.

Este projecto é um caso de sucesso que possibilitou a participação de todas as instituições dum mesmo subsistema do ensino superior público num projecto comum.

Para além dos programas curriculares e extracurriculares oferecidos o IPS leva a cabo um conjunto de iniciativas em parceria com outras entidades públicas e privadas. Dentro dessas iniciativas podem-se elencar:

- Feira do Empreendedorismo e do Emprego do Barreiro em organização conjunta entre a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, a Escola de Ciências Empresariais e a Câmara Municipal do Barreiro. Este evento teve lugar nas instalações da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro. Esta iniciativa pretendia criar uma bolsa de emprego e oferecer formação complementar em empreendedorismo aos estudantes do IPS e comunidade envolvente, bem como, oferecer um conjunto de seminários sobre empreendedorismo abertos à comunidade e com forte participação das escolas do ensino secundário da região;
- EmpreendESCE é promovido pela Escola Superior de Ciências Empresariais em parceria com a empresa Sfori e trata-se de uma competição de empreendedorismo destinada a trazer ao espaço do IPS alunos do ensino secundário do distrito de Setúbal;
- *RoadShow* do Emprego e Empreendedorismo promovido pelo Instituto Português da Juventude, cujo objectivo consiste em facultar e divulgar, aos jovens entre os 18 e os 35 anos com potencial empreendedor, informação de diferentes organismos públicos, gestores de programas e

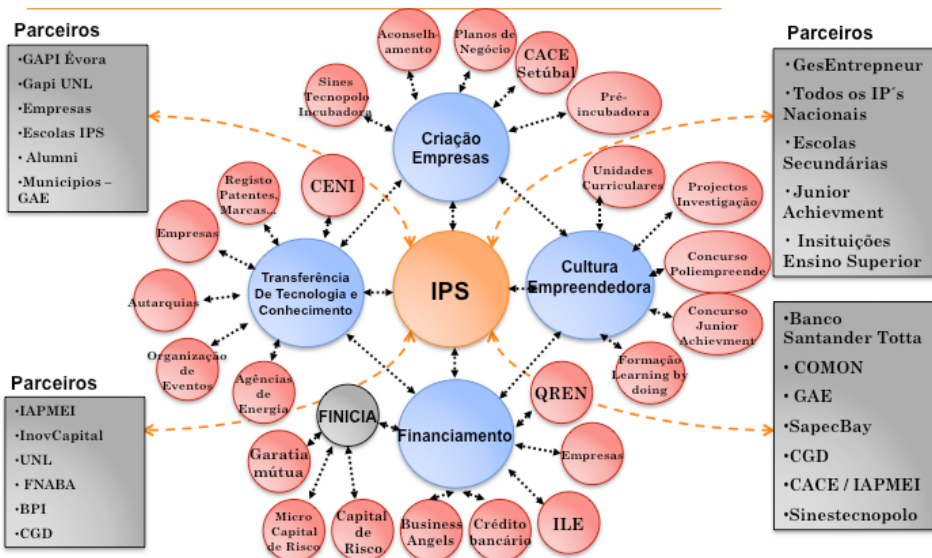
iniciativas na área do empreendedorismo jovem, tais como, os programas e iniciativas dedicados ao tema do emprego e do empreendedorismo, aconselhando os interessadas a candidatar-se ao Programa FINICIA¹ Jovem/ou outros Programas de apoio ao empreendedorismo jovem.

2.3 Um ecossistema empreendedor

Conforme referido anteriormente, o ensino do empreendedorismo deverá assumir um carácter transversal nas instituições do ensino superior e incluir para além das infra-estruturas físicas de apoio, um conjunto de programas curriculares e extracurriculares que favoreçam a criação de um ambiente envolvente propício. Falamos assim, de um verdadeiro ecossistema empreendedor² (Carvalho, Costa e Dominginhos, 2010), que favoreça o desenvolvimento e adaptação de competências, a disseminação do conhecimento e tecnologia contribuindo para o desenvolvimento da região ou do país (consoante o nível de disseminação que for capaz de criar). O conceito de ecossistema aplicado às ciências sociais inclui um conjunto de recursos tangíveis e intangíveis que se caracterizam pela sua interdependência e pela criação de sinergias.

Nesse sentido, ele será tão mais intenso e complexo conforme a capacidade de criação de ligações. Na figura seguinte, apresenta-se o ecossistema empreendedor do IPS.

Figura 2. Ecossistema Empreendedor no IPS



Fonte: Costa, Carvalho, Dominginhos (2011, p.9)

O ecossistema IPS permite mobilizar um conjunto de recursos de suporte aos projectos empreendedores possibilitando dessa forma uma utilização eficiente dos recursos internos e disponibilizando um conjunto de competências mais alargado. Desta forma, o ecossistema empreendedor funciona como um sistema mobilizador de capital social que através da sua rede potencia a possibilidade de sucesso dos projectos apoiados.

3. Conclusões e recomendações finais

Os novos tempos oferecem novas realidades ao ensino, e, conseqüentemente, novos desafios na integração dos jovens no mercado de trabalho. Estas mudanças exigem novos esforços por parte das instituições de ensino no sentido de facilitar a inserção no mercado de trabalho e colmatar o risco de exclusão social decorrente do desemprego e falta de acesso a rendimentos.

Este artigo permite apresentar um enquadramento do sistema económico e social actual no contexto da União Europeia, considerando os conceitos de pobreza e exclusão social, relacionando-os com educação para o empreendedorismo e apontando a importância do ensino para o combate do risco social de desemprego. Para demonstrar o papel do ensino superior na promoção do empreendedorismo ao serviço da inclusão social, este estudo apresenta um caso de criação de um ecossistema empreendedor, facilitador da inserção social e profissional dos diplomados.

Este trabalho permite apontar algumas conclusões que consideramos relevantes e que podem constituir exemplo de boas práticas passíveis de disseminação noutras instituições de ensino superior. Este trabalho possibilita concluir que existe uma relação de interdependência entre o incentivo do empreendedorismo e a disponibilidade de infra-estruturas e o desenvolvimento e oferta de programas curriculares e extra-curriculares, assim como de outras boas práticas impulsionadoras do empreendedorismo.

A reflexão relativa ao processo de encorajamento do empreendedorismo no IPS revelou a complexidade deste processo e a sua permanente necessidade de manutenção, obrigando a uma constante dedicação ao seu estímulo, o que envolve um grande empenho e espírito de voluntariado quer por parte dos alunos quer por parte dos professores.

Finalmente, considerando-se que as instituições de ensino superior podem continuar a desempenhar um papel importante, mesmo após a conclusão do ciclo de estudos, parece-nos que o acompanhamento dos percursos profissionais, a prestação de apoio especializado, de serviços de consultoria, de infra-estruturas, de espaço e de rede de contactos constituem passos importantes para a promoção do empreendedorismo no sentido inclusivo, isto é, fomentando a possibilidade de criação do próprio emprego e de inclusão social.

Como recomendações finais, propõe-se que as instituições de ensino superior possam criar redes com ligações nacionais e internacionais e fomentar a utilização de recursos partilhados, de modo a garantir ganhos de eficiência e uma maior especialização na prestação de serviços e uso de recursos de suporte ao processo empreendedor.

Considera-se ainda fundamental que o ecossistema empreendedor mantenha fortes laços com a comunidade para que a relação seja biunívoca e possa ser gerado valor social, quer através de projectos voltados para a satisfação de necessidades sociais da comunidade, quer através da criação de auto-empregos reduzindo-se dessa forma riscos sociais e promovendo a inclusão e coesão social.

Notas

- ¹“O FINICIA é um programa que facilita o acesso a soluções de financiamento e assistência técnica na criação de empresas, ou em empresas na fase inicial do seu ciclo de vida, com projectos empresariais diferenciadores, próximos do mercado ou com potencial de valorização económica. O FINICIA Jovem, resultante de uma parceria com o Instituto Português da Juventude, apresenta condições especiais para jovens até aos 35 anos” disponível em www.iapmei.pt
- ²O ecossistema empreendedor, inclui uma multiplicidade de parceiros, que actuam nas diversas fases do processo empreendedor de forma dinâmica e interactiva. Esta abordagem integrada favorece e estimula o processo empreendedor ao aglutinar recursos tangíveis e intangíveis de promoção do empreendedorismo.

Referências bibliográficas

- Aiub, G. W. (.2002). *Inteligência Empreendedora: uma proposta para a capacitação de multiplicadores da Cultura Empreendedora*. Dissertação de Mestrado em Engenharia da Produção. UFSC, Florianópolis.
- Banco de Portugal (2010). Estatísticas Online. [Disponível em [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/\(S\(0vnmiaaynwlvnu454tvsorf5\)\)/Default.aspx](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(0vnmiaaynwlvnu454tvsorf5))/Default.aspx), consultado em 09/12/2010]
- Bruto da Costa, A. (2001). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Carvalho, L; Costa, T. & Dominginhos, P. (2010). *Creating an entrepreneurship ecosystem in higher education*. Austria: I-TECH Education and Publishing.
- Costa, T; Carvalho, L. & Dominginhos, P. (2011 Fevereiro). *Ambientes que promovem o empreendedorismo no Ensino Superior – O Caso do Instituto Politécnico de Setúbal*, Trabalho apresentado nas XXI Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica. Espanha: Córdoba.
- European Commission (2003). *Green Paper on Entrepreneurship in Europe*. [Disponível em http://ec.europa.eu/enterprise/entrepreneurship/green_paper/, consultado em dezembro 2010].
- European Commission (2009). *Commission Working Document*. Consultation on the future EU2020 Strategy, Brussels, 24.11.2009, COM(2009)647 final. [Disponível em http://ec.europa.eu/eu2020/pdf/eu2020_en.pdf, consultado em 09/12/2010].
- EUROSTAT (2010). *Combating poverty and social exclusion 2010 edition*. A statistical portrait of the European Union 2010, da Eurostat Statistical Books, European Commission: Luxembourg. [Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-09-001/EN/KS-EP-09-001-EN.PDF, consultado em 09/12/2010].
- Hansemark, O. (1998). The effects of an entrepreneurship programme on need for achievement and locus of control of reinforcement. *International Journal of Entrepreneurship Behaviour and Research*, 4(1), 28-50.
- Henry, C., Hill, F. & Leitch, C.M. (2003). *Education and Training for Aspiring Entrepreneurs: The Issue of Effectiveness*. Aldershot: Ashgate Publishing.
- Hytti, U., Cotton, J. & O’Gorman, C. (2004). What is “enterprise education”? An analysis of the

- objectives and methods of enterprise education programmes in four European countries. *Education + Training*, 46(1), 11-23.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional de Setúbal (2010). *Estatísticas*. [Disponível em <http://www.iefp.pt/estatisticas/Paginas/Home.aspx>, consultado em 09/12/2010].
- Instituto Nacional de Estatística (2010). *Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal*. Lisboa: INE.
- Jamieson, I. (1984). Schools and Enterprise. In A. Watts & P. Moran (Org.), *Education for Enterprise* (pp. 19-27). CRAC: Ballinger.
- McMullan, W. & Gillin, L. (2001). Entrepreneurship education in the nineties: Revisited. In R. Brockhaus, G. Hills, H. Klandt & H. Welsch (Org.) *Entrepreneurship Education. A Global View* (pp 57-93). England: Asgate.
- McMullan, W. & Gillin, L. (2001). Entrepreneurship education in the nineties: Revisited. In R. Brockhaus, G. Hills, H. Klandt & H. Welsch (Org.) *Entrepreneurship Education. A Global View* (pp 57-93). England: Asgate.
- Ribeiro, S., Dominginhos, P., Almeida, A., Silveira, R., Sardinha, B., Carvalho, L., Pereira, R., Bucha, A., Vieira, A. & Moura, B. (2005). *Estudo sobre a criação de empresas a nível local e a sua correlação com a oferta formativa existente*, nº42, Estudos e Análises, Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa.
- United Nations (1995). World Summit on Social Development in Copenhagen. 19 April 1995. A/CONF.166/9. [Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/conf166/aconf166-9.htm>, consultado em 09/12/2010].

Web Sites

<http://www.ja.org/about/about.shtml>

<http://www.japortugal.org>

Teresa Costa

Doutora em Gestão. Professora Adjunta
Departamento de Economia e Gestão, ESCE- Instituto Politécnico de Setúbal
Professora Associada. Departamento de Recursos Humanos
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
Investigadora do CITIS
teresa.costa@esce.ips.pt

Luísa Carvalho

Doutora em Gestão. Professora Adjunta
Departamento de Economia e Gestão, ESCE- Instituto Politécnico de Setúbal
Investigadora do CEFAGE-UE
luisa.carvalho@esce.ips.pt